

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.567.400 - SP (2019/0245309-1)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : C A R
ADVOGADO : ELIALBA FRANCISCA ANTÔNIA DANIEL CAROSIO - SP103112
AGRAVADO : S V DE A R (MENOR)
REPR. POR : M DE A
ADVOGADO : JOSÉ GERALDO SOARES - SP400486

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por CAR contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

ALIMENTOS - Revisional - Pedido de majoração do valor da pensão alimentícia - Preliminares de inépcia da petição inicial, de falta de interesse de agir e de ofensa à coisa julgada - Descabimento - Autora que trouxe aos autos os fatos e fundamentos jurídicos aptos a respaldar a sua pretensão - Inocorrência das hipóteses previstas no art. 330, § 1º, do CPC - Evidente interesse de agir - Necessidade e utilidade da prestação jurisdicional, além da adequação do meio eleito - Alteração ou não do binômio necessidade/possibilidade que diz respeito ao mérito da demanda - Possibilidade de modificação dos alimentos a qualquer tempo - Autora que comprovou os efetivos ganhos do alimentante, trazendo aos autos cópias dos recibos de pagamento, e demonstrou as suas necessidades - Tratamento e acompanhamento com médico cardiologista - Majoração determinada na sentença que se mostrou ligeiramente superior ao entendimento desta Câmara - Fixação da verba alimentar em 25% dos rendimentos líquidos do alimentante, que se mostra mais razoável, na hipótese - Observância do binômio necessidade/possibilidade - Base de cálculo - Pensão alimentícia que deve incidir sobre as verbas de natureza remuneratória, incluindo horas extras e 13º salário - Recurso provido em parte (fl. 142).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta o recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 1.699 do Código Civil; 330 e 502 do Código de Processo Civil.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 198-210.

O parecer do Ministério Público Federal é pelo não provimento do agravo.

É o relatório. Decido.

2. A irrisignação não prospera.

Constata-se a falta de prequestionamento no tocante à indicada afronta aos arts. 330 e 502 do CPC, que não foram sequer suscitados nos embargos de declaração opostos na origem. Aplica-se, à espécie, a Súmula 211/STJ: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*".

3. Ao apreciar a apelação cível, o Tribunal de origem deixou consignado:

Verifica-se que a autora comprovou suficientemente os rendimentos auferidos pelo seu genitor, juntando aos autos diversos recibos de pagamento (fls. 17/22), que autorizam a majoração do encargo alimentar. Ademais, afirmou que houve piora na condição financeira da sua representante legal, uma vez que estaria desempregada, residindo de favor com a mãe e dependendo da ajuda de parentes e vizinhos. Como se não bastasse, demonstrou a necessidade de cuidados especiais, pois realiza acompanhamento com médico cardiologista no Hospital das Clínicas da Faculdade de Ribeirão Preto (fls. 53/57).

Por sua vez, o réu não comprovou ter despesas que não pudesse suportar, tampouco gastos extraordinários, de modo que não se considera inadequada ligeira majoração da verba alimentícia.

Contudo, o valor equivalente a um terço do salário líquido do requerido, como fixado na sentença, revela-se exagerado, tendo em vista tratar-se de pensão alimentícia destinada a uma única beneficiária, conforme entendimento consolidado desta Câmara.

Assim, diante das circunstâncias apresentadas nos autos, em especial das necessidades especiais da alimentanda, mostra-se mais adequada à hipótese a fixação da verba alimentar em valor equivalente a 25% dos rendimentos líquidos do apelante.

O novo valor, no momento, apresenta-se suficiente para reestabelecer o equilíbrio do binômio possibilidade/necessidade, atendendo, proporcionalmente, as necessidades da recorrida e, ao mesmo tempo, não onerando em excesso o alimentante.

Aliás, destaca-se que, sendo o alimentante trabalhador empregado, é preferível a fixação da pensão em percentual sobre a sua renda, permitindo que o valor dos alimentos acompanhem a evolução dos seus rendimentos (fls. 144-145).

Alterar a conclusão da Corte local acerca das condições financeiras das partes, como requer o recorrente, demandaria reexame do acervo fático-probatório, o que atrai a incidência da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Nesse sentido são os precedentes de ambas as Turmas de Direito Privado desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC) -
AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C
ALIMENTOS - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO

PROVIMENTO AO RECURSO. IRRESIGNAÇÃO DO RÉU.

1. **Incapacidade financeira de arcar com encargo alimentar. Binômio necessidade x possibilidade. A tese encartada nas razões do especial demanda revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, situação que atrai a incidência da Súmula n. 7 do STJ.**

2. Alegação de existência da paternidade socioafetiva. Conclusão do Tribunal *a quo* em sentido diametralmente oposto. Impossibilidade de rever a prova dos autos. Súmula n. 7 do STJ.

(...)

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 77.214/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2012, DJ de 12/12/2012).

.....
.....

RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE ALIMENTOS. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. REAPRECIAÇÃO DO BINÔMIO NECESSIDADE-POSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE. SENTENÇA *EXTRA PETITA*. NÃO CARACTERIZADA.

1.- **O revolvimento do substrato fático do processo, circunscrito ao que se extrai do acórdão recorrido, que definiu as variáveis extraídas das necessidades da credora e possibilidades do devedor de alimentos, é vedado na via recursal eleita, a teor da Súmula 7 do STJ.**

(...)

5.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1.203.362/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/10/2011, DJ de 04/11/2011).

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Havendo nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator